

Futebol e as práticas educativas antirracistas: dos processos de identificação na docência à justiça social

Uilson Santos da Silva Júnior¹

Arnaldo Sifuentes Leitão²

Rafael Moreno Castellani³

Resumo:

Este ensaio tem como problema central a análise da identificação docente, com ênfase no desenvolvimento de práticas educacionais antirracistas no processo de ensino dos aspectos identitários e socioculturais do fenômeno esportivo do futebol. Ao destacar a importância de abordar questões antirracistas nas aulas de Educação Física, reconhecem-se as possibilidades de enfrentamento do racismo e os desafios associados ao ensino do futebol. Nesse contexto, torna-se fundamental a conscientização dos docentes acerca da realidade social em que estão inseridos. A compreensão da construção histórica do racismo na sociedade brasileira e o entendimento das práticas racistas no ambiente futebolístico possibilitam a elaboração de instrumentos de denúncia e a valorização das histórias e identidades negras, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o racismo durante o ensino dos temas relacionados às práticas esportivas. O desenvolvimento de práticas educativas efetivamente antirracistas, no cenário da Educação Física Escolar, exige a constituição de identificações docentes comprometidas com o combate ao racismo e a implementação de processos formativos voltados às questões discriminatórias que emergem do cotidiano social e das manifestações futebolísticas amplificadas pelas mídias.

Palavras-chave:

Identificação Docente. Ensino de Educação Física. Futebol. Justiça Social.

¹ Mestrando em Educação Física pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais- campus Muzambinho. Professor efetivo de Educação Física na rede estadual de ensino do estado de São Paulo. E mail: us-junior@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2194-9409>

² Doutor em Educação Física, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais- campus Muzambinho. Coordenador do programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (ProEF). Email: arnaldo.leitao@muz.ifsuldeminas.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3768-048X>

³ Doutor em Psicologia Social, Consultor Educacional da Universidade do Futebol e Coordenador Metodológico da franquia de Escolinhas de Futebol Luccas Neto. E mail: rafael.castellani@universidadedofutebol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/000000017757-985>

Football and anti-racist educational practices: from identification processes in teaching to social justice

Abstract: This essay has as a central problem the analysis of teacher identification, with emphasis on the development of anti-racist educational practices in the process of teaching aspects identity and sociocultural aspects of football phenomenon. To highlight the importance of addressing anti-racist questions in Physical Education classrooms we recognize the possibilities of confronting racism and the challenges associated with teaching football. In this context, it becomes fundamental to the awareness of teachers about the social reality in which they are inserted. Comprehension of the historical construction of racism in Brazilian society and understanding of racist practices in the football environment makes it possible to develop instruments of denunciation and valorization of black histories and identities, thus contributing to the development of a critical consciousness about racism during the course of teaching of topics related to sports practices. The development of effectively anti-racist educational practices, in the School Physical Education cenário, requires the constitution of teacher identification committed to combating racism and the implementation of formative processes turned to the discriminatory questions that emerge from the social daily life and the football manifestations amplified by the media.

Keywords: Teacher Identification. Physical Education Teaching. Football. Social Justice.

Fútbol y prácticas educativas antirracistas: de los procesos de identificación en la enseñanza a la justicia social

Resumen: El problema central de este ensayo es el análisis de la identificación docente, con énfasis en el desarrollo de prácticas educativas antirracistas en el proceso de enseñanza de los aspectos identitarios y socioculturales del fenómeno deportivo del fútbol. Al resaltar la importancia de abordar cuestiones antirracistas en las clases de Educación Física, se reconocen las posibilidades de enfrentar el racismo y los desafíos asociados a la enseñanza del fútbol. En este contexto, resulta fundamental sensibilizar a los docentes sobre la realidad social en la que están insertos. Comprender la construcción histórica del racismo en la sociedad brasileña y comprender las prácticas racistas en el ámbito del fútbol permiten el desarrollo de instrumentos de denuncia y la valorización de historias e identidades negras, contribuyendo así al desarrollo de una conciencia crítica sobre el racismo durante la enseñanza de temas relacionados con las prácticas deportivas. El desarrollo de prácticas educativas efectivamente antirracistas, en el contexto de la Educación Física Escolar, requiere la creación de identidades docentes comprometidas con el combate al racismo y la implementación de procesos de formación dirigidos a cuestiones discriminatorias que emergen de la vida social cotidiana y de las manifestaciones futbolísticas amplificadas por la medios de comunicación.

Palabras clave: Identificación docente. Enseñanza de Educación Física. Fútbol. Justicia Social.

1 Introdução

O futebol, como um dos fenômenos culturais e sociais mais abrangentes no mundo e no Brasil, tem um papel relevante na construção de identidades e valores, ao mesmo tempo em que reflete e reforça desigualdades, incluindo o racismo. Por ser um esporte popular e universalizado, o futebol é tanto um reflexo das tensões raciais presentes na sociedade quanto uma arena onde esses conflitos se tornam visíveis. Nesse sentido, o tema "futebol" nas aulas de Educação Física Escolar apresenta-se como uma possibilidade pedagógica para abordar

questões de racismo e exclusão, considerando aspectos identitários, emocionais e socioculturais.

Nessa linha, a escola, enquanto espaço de formação crítica e cidadã, deve ser um local de enfrentamento das desigualdades, principalmente as raciais. Os educadores precisam abordar o racismo de maneira responsável e urgente, com destaque para a formação docente, que deve incluir a compreensão e o combate ao racismo, possibilitando a problematização dessa questão em suas práticas educativas, em busca de uma sociedade mais justa e inclusiva. A escola constitui-se, portanto, em um espaço fundamental para combater práticas sociais baseadas em desigualdades e segregações, bem como ideologias políticas excludentes e totalitárias.

Freire (1991, p. 58) nos lembra que "ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se forma como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática". Dessa forma, o papel do professor no combate às narrativas racistas é de extrema importância, e essa busca deve ser constante na formação. Os gestos docentes emergem da constituição da identidade de cada sujeito como educador e, como destacou Freire, esse processo de formação permanente permite problematizar as significações construídas pelo racismo em níveis sociais e estruturais.

Betti (2018) ressalta a complexidade da identificação na docência, que está diretamente ligada ao processo de construção da identidade profissional. Esse processo envolve uma interação dinâmica entre o que é conferido ao educador (demandas, responsabilidades e expectativas sociais) e o que é incorporado (a prática cotidiana do educador). O contexto político, social e econômico, bem como as condições institucionais, exerce grande influência nesse processo de formação da identidade docente.

A significação da identificação na docência possibilita a construção de processos de ensino consonantes com os cenários sociais experimentados pelos educandos. Corrêa e Rodrigues (2021) reportam que a Educação Física na escola se faz um espaço de reflexão e de desconstruções de preconceitos, e que o posicionamento dos educadores é primordial na construção de uma sociedade justa que valoriza e respeita as diversidades humanas.

No que diz respeito à formação de professores e ao papel da docência na luta por uma educação antirracista, Venâncio *et al.* (2022) destacam seis elementos essenciais: cultura (entendida como a necessidade de que educadores sejam cultos), curiosidade, ciência (para refutar determinismos e concepções dogmáticas, como o negacionismo), criatividade, criticidade (incluindo autocrítica) e coragem.

Esses elementos são fundamentais para a construção da identidade profissional do educador, que enfrenta desafios significativos, principalmente em ambientes de pouca valorização social e econômica, ou em instituições não democráticas. Para que a educação antirracista se torne uma realidade, é fundamental que o professor se identifique com uma prática profissional que valorize a justiça social e o combate ao racismo. No entanto, esse processo de identificação pode ser comprometido pela desvalorização da profissão ou pela falta de apoio institucional.

Por outro lado, Valente e Dantas (2021) ressaltam que a incidência maior dos docentes investigados em sua pesquisa não prioriza questões inerentes à discriminação racial em sua práxis docente, e que a abordagem dessas questões está circunscrita a um cenário educativo de exceção, no qual as práticas docentes advêm de processos formativos e de conscientização acerca da temática racial. Como vimos acima, esses processos de identificação na docência das questões raciais perpassam elementos complexos que vamos tratar adiante.

A educação antirracista exige, portanto, um compromisso institucional e curricular que vá além da simples instrução sobre racismo ou falar sobre de modo distanciado das condições existenciais. É necessário que o contexto educacional e as políticas públicas ofereçam suporte concreto para que o educador se engaje em práticas transformadoras e coletivas. O modelo de gestão escolar e as políticas curriculares são fundamentais para permitir que o professor desenvolva uma prática pedagógica voltada à equidade racial. Se esses elementos faltarem, a identificação com a docência como profissão transformadora se enfraquece. Valente e Dantas (2021) indicam a necessidade de investimentos efetivos na formação inicial e continuada dos docentes para a efetivo estabelecimento e ampliação do ensino antirracista nos espaços escolares.

Políticas educacionais precisam ser estruturadas para apoiar o trabalho docente, especialmente em temas complexos como o racismo. A construção de uma educação antirracista não ocorre isoladamente, mas dentro de um contexto mais amplo, onde a valorização do professor e o suporte institucional são fundamentais. Para que os educadores assumam o papel de agentes transformadores, é preciso que as escolas e as políticas educacionais ofereçam um ambiente propício para o desenvolvimento de suas práticas com reconhecimento profissional e apoio a suas iniciativas pedagógicas.

Almeida (2018) destaca também que a presença do racismo na vida cotidiana dos sujeitos implica na necessidade do tratamento da problemática racial de modo intencional, nas instituições de ensino, com o intuito da não reprodução de práticas racistas e normalização social dos atos discriminatórios.

A constituição dos sujeitos humanos passa por ideais biológicos, apreensões culturais e o assujeitamento de sujeitos negros. A construção de novos signos, novas experiências humanas e novos valores culturais atravessa o ambiente das instituições de ensino, possibilitando que os docentes conectem suas práticas aos princípios de individualidade, respeito, compreensão e valorização das diferenças humanas.

Diante do exposto, e no contexto das práticas educativas antirracistas, este ensaio busca expandir a discussão sobre o “lugar de fala”, questionando uma compreensão meramente identitária e simbólica do conceito, como popularizado a partir de Ribeiro (2019). Para Souza (2006), o “lugar de fala” deve ser compreendido dentro de uma estrutura mais ampla de relações de poder e desigualdade social, em que a voz dos marginalizados, incluindo a população negra, só pode ser plenamente compreendida quando inserida num contexto de desigualdades estruturais, como classe e raça. Esse olhar crítico evita que o conceito se reduza a um reconhecimento apenas simbólico, desprovido de transformação concreta das dinâmicas de opressão e das estruturas de poder.

Em diálogo com a perspectiva de Freire (1979) sobre a consciência crítica, que nos alerta para a necessidade de superarmos uma compreensão espontânea e superficial da realidade. Para Freire, a conscientização se dá por intermédio da práxis — uma união indissociável entre ação e reflexão — que permite aos sujeitos se distanciarem da realidade imediata, questionarem suas estruturas e transformá-las de forma intencional nas situações concretas de opressão. Assim, o processo de conscientização sobre sistemas de opressão vai além do reconhecimento de um “lugar de fala” limitado ao reconhecimento identitário; ele exige uma práxis consciente, em que a reflexão crítica impulsiona ações concretas em prol de justiça social.

Com essa perspectiva, o conceito de “lugar de fala” é reencaminhado, reconhecendo que a posição social e econômica influencia diretamente a possibilidade de expressão e de transformação social. Ao incorporar essas análises, este ensaio reforça que a educação

antirracista deve não apenas reconhecer as vozes marginalizadas, mas também trabalhar pela transformação das estruturas de classe e poder que limitam essas vozes. Dessa forma, o futebol como possibilidade pedagógica para abordar o racismo é interpretado não apenas como uma prática de reconhecimento identitário, mas também como um espaço para questionar e modificar as relações de classe e poder que perpetuam as desigualdades.

Para alcançar essa empreitada, e embora este ensaio tenha uma natureza teórica, foram adotados procedimentos específicos para a seleção e organização da literatura de referência, de modo a construir uma análise consistente sobre as práticas educativas antirracistas por meio do futebol no contexto escolar. A escolha das referências foi guiada por critérios de relevância temática e representatividade de autores que dialogam com questões centrais da educação antirracista em contextos pedagógicos. Além disso, autores como Frantz Fanon e Mauro Betti foram incluídos para aprofundar o entendimento das interseções entre classe, raça e identidade no contexto brasileiro, proporcionando uma visão abrangente e interdisciplinar.

Nesse sentido, Fanon e Paulo Freire oferecem uma perspectiva que enfatiza o reconhecimento dos processos de identificação negra na busca pela justiça social, especialmente nas matrizes curriculares que desafiam a colonialidade do poder, como visto em Mignolo (2017). A organização da literatura priorizou estudos que abordam o futebol como fenômeno cultural, valorizando as contribuições que destacam o esporte enquanto prática socialmente significativa e como um espaço que reflete e pode reproduzir desigualdades raciais, com ênfase em estudos que tratam da dimensão educativa e das possibilidades pedagógicas dessa prática.

Diante disso, o objetivo deste ensaio é analisar o futebol no contexto das práticas educacionais antirracistas, abordando-o não apenas como um direito social, mas também como um espaço de transformação estrutural que ultrapassa o reconhecimento identitário e simbólico. Através do fenômeno esportivo do futebol, este ensaio trata de como a identificação docente e as práticas pedagógicas podem contribuir para a conscientização crítica dos alunos sobre desigualdades de classe e raça, promovendo uma compreensão qualitativa das práticas de justiça social no processo de ensino e aprendizagem.

2 Educação antirracista: desafios e a emergência do combate ao racismo

A educação antirracista pode ser encarada como uma resposta aos desafios mencionados anteriormente, a partir do movimento que o educador assume com coragem e respeito ao compromisso pedagógico com a sociedade. O racismo, enquanto uma condição estruturante, histórica e sistêmica, requer intervenções educacionais que questionem e desconstruam narrativas e ações racistas. A educação antirracista vai além de reconhecer o racismo; é um processo de mudança de mentalidades, atitudes e práticas que perpetuam a discriminação racial.

As múltiplas identificações dos sujeitos são construídas por meio da experimentação dos elementos culturais, pela compreensão das narrativas sociais e pela consciência do “ser-existir” do como somos constituídos e constituintes. Os aspectos oriundos da religião, das ideologias (racismo, predominantemente), da ausência de criticidade e da ignorância humana, por vezes, perpetuam a construção imagética do branco e do negro.

As religiões, as ideologias e as formas de significação no mundo, por vezes, alocam os "diferentes corpos humanos" nos endereços do "esquecimento" e da "marginalidade". O Racismo mata! Mata fisicamente (ao extinguir a existência dos corpos negros) e exclui

socialmente, mata ao não proporcionar o igualitário direito de acesso à educação e ao mercado de trabalho, e mata ao impedir a experimentação e acesso aos mais variados produtos culturais da humanidade.

O racismo não apenas exclui os corpos negros dos espaços de poder e cultura, mas também perpetua desigualdades econômicas e sociais, como ressaltado por Ribeiro (2019), ao evidenciar que o legado da escravidão continua a privar a população negra de direitos básicos e dignidade, enquanto beneficia a elite branca.

Deste modo, a compreensão das práticas e das narrativas racistas advém da análise da construção histórica dos signos, dos gestos e dos comportamentos sociais diante dos corpos dos sujeitos negros. O acesso ao conhecimento, ao mercado de trabalho, à liberdade de expressão e aos direitos constituintes dos cidadãos, está atrelado, historicamente, aos corpos dos sujeitos brancos pertencentes à elite da sociedade brasileira (RIBEIRO, 2019).

Assim sendo, na contemporaneidade, o combate ao racismo e o desenvolvimento de práticas educativas antirracistas, fazem-se essenciais para o enfrentamento da segregação e do silenciamento da população negra, privada historicamente do acesso igualitário aos espaços escolares. O estabelecimento de uma consciência coletiva, em torno do permanente processo de exclusão dos corpos negros, requer a afirmação de que as ações humanas são responsáveis pela perpetuação de práticas racistas na sociedade brasileira.

Assim, para Fanon (2008), a formação da consciência negra surge como um processo de resistência e autocompreensão, em que o se perder na negritude se torna um ponto de partida para a construção de uma identidade, livre das imposições do olhar branco e do desejo de assimilação. Nesse sentido, a consciência negra se afirma como uma forma de oposição ao apagamento histórico, buscando na valorização da própria identidade um caminho para romper com a condição racista que tenta silenciá-la.

A concepção das práticas antirracistas é norteadas pelo ato de assumirmos os privilégios adquiridos pelos sujeitos brancos e a necessidade de reparação histórica da segregação e da exploração dos sujeitos negros.

A contemporaneidade está permeada por situações que envolvem as práticas racistas no cotidiano das diversas sociedades globalizadas. A historicidade das relações humanas e das construções sociais, por vezes, é escamoteada pelos interesses mercadológicos e políticos. Na sociedade dos algoritmos digitais e das edições da realidade nas redes sociais, a velocidade da disseminação de narrativas racistas e de ataques, sistemáticos, aos corpos negros, destacam a vital necessidade da abordagem dos ditames inerentes às práticas antirracistas no âmbito escolar, nas rodas de conversa dos botequins e nas plataformas digitais.

Quem não se chocou com a morte de George Floyd pelas mãos do policial branco em Minneapolis, nos Estados Unidos, em 2014? Quantas, mais “Marielles Francos” perderemos? Quantos atos racistas nos esportes persistirão? Quantas vezes teremos que presenciar os ataques racistas aos jogadores negros, de futebol, nos estádios da Europa, nas peladas do bairro e nas “piadas” dos bares, das redes sociais e dos aplicativos de conversa? A construção da consciência coletiva sobre as atrocidades das práticas racistas e sobre o cumprimento da legislação que garante a criminalização do racismo, possibilita o direito igualitário dos corpos negros aos ditames democráticos, ao conhecimento e à constituição efetiva de uma consciência crítica sobre o racismo.

A Democracia, conquistada e construída historicamente, apresenta a necessidade constante de reforço dos ideários republicanos e dos diálogos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral em 1948, traz em seu enunciado o conceito de democracia, destacando: “A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes

públicos”. A elaboração das mais diversas constituições, nos mais diversos continentes do planeta Terra, e a aceitação universal da democracia, amparam-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A compreensão da construção histórica dos direitos e dos deveres cidadãos perpassa pelo reconhecimento e pela abordagem constante dos processos inerentes às normas de convívio social, às questões políticas e às relações de poder.

O distanciamento da população negra das narrativas democráticas da igualdade de direitos e a, quase, perpetuação dos privilégios da elite composta pelos corpos brancos, indicam a necessidade do enfrentamento efetivo do racismo, o estabelecimento de práticas sociais antirracistas, o desenvolvimento de políticas públicas reparatórias e a criminalização dos atos racistas nos diversos cenários da sociedade brasileira.

Nesse sentido, cabe a nós indagarmos sobre o que temos realizado e o que podemos realizar para o enfrentamento do racismo no Brasil. As narrativas e as identificações de corpos brancos, negros, pardos e amarelos devem ser utilizadas para pensarmos, coletivamente, o antirracismo.

A responsabilidade pelo combate ao racismo deve ser compartilhada por todos os indivíduos, independentemente de sua cor de pele, uma vez que a construção de uma sociedade democrática exige o enfrentamento coletivo das injustiças raciais. Como Fanon (2008) ressalta, a consciência negra é plena e autossuficiente, não necessita de validação externa ou de recorrer a conceitos universais, sendo, portanto, um chamado à afirmação e à luta pela liberdade que transcende as fronteiras individuais, exigindo a ação de todos na desconstrução das estruturas racistas.

Assim sendo, cabe a todos os cidadãos desenvolverem a consciência da “consciência negra” independente de raça, credo, ideologia política, classe social, faixa etária e classe social. As instituições de ensino, públicas ou privadas, devem igualmente possibilitar espaços de convergências das interlocuções antirracistas e igualitárias.

3 Futebol e sua relação com as práticas sociais

Das danças de matrizes africanas ao esporte de alto rendimento, dos jogos às brincadeiras de rodas e entre o “chão de quadra” e os quadros das salas de aula, nos deparamos com os signos das relações humanas democráticas e antidemocráticas imersos na sociedade republicana permeada por narrativas racistas e excludentes. Como o futebol, enquanto fenômeno cultural e social, ou seja, uma prática social, pode ser tematizado nas práticas educativas para problematizar e combater o racismo?

O futebol é mais do que um esporte no Brasil: é uma expressão cultural e social que mobiliza milhões de pessoas. No entanto, também é um espaço onde o racismo se manifesta de maneira explícita e implícita. O desenvolvimento do tema “futebol” nas aulas de Educação Física Escolar, proposto e incluído na BNCC (BRASIL, 2018), se apresenta como uma possibilidade pedagógica que oferece uma oportunidade única para a abordagem das questões de racismo e exclusão, de modo sentido e identitário.

O fenômeno futebol, na atualidade, principalmente nos campeonatos interclubes e na realização da Copa do Mundo, inevitavelmente desnuda os discursos racistas presentes na estrutura mercadológica do esporte contemporâneo e nas relações sociais constituintes das diversas culturas globalizadas. Para alguns estudiosos, o futebol teve a sua primeira manifestação, ou seja, o seu primeiro contato com o território brasileiro por volta do ano de 1871, em uma partida realizada no interior de São Paulo, mais especificamente na cidade de

Itu, por pessoas ligadas à igreja católica. Porém, oficialmente o futebol desembarca no Brasil ao final do século XIX, mais precisamente no ano de 1894, Charles Miller, brasileiro descendente de ingleses, retorna da Inglaterra, país onde viveu durante uma década, trazendo em sua bagagem duas bolas de couro, camisas, calções, chuteiras, um livro de regras e o interesse pela nova modalidade esportiva. Miller procurou promover o futebol entre os ingleses que viviam em São Paulo.

No início, o futebol foi difundido no meio industrial e aristocrático. De 1894 até as duas primeiras décadas do século XX, tal modalidade esportiva era altamente elitista, sendo praticada apenas por sujeitos brancos pertencentes às classes sociais privilegiadas, descendentes da aristocrática colônia inglesa no Brasil. Para Filho (*apud* NUNES, 1997, p. 11), esse fenômeno pode ser descrito como: “O foot-ball, importado, Made in England, tinha de ser traduzido. E, enquanto não se traduzisse, se abrisse, quem gostava dele precisava familiarizar-se com os nomes ingleses. De jogadores, de tudo. Em campo um jogador que se prezasse tinha de falar em inglês. Ou melhor: gritar em inglês”.

Contudo, ao desembarcar no Brasil, o futebol se depara com a prática de regatas trazidas pelos alemães, que reunia um número satisfatório de praticantes. De acordo com Caldas (1990), aos poucos o futebol foi conquistando o seu espaço, ao surgir como uma atividade mais acessível do que o remo, pois era muito mais simples possuir uma “bola” e encontrar um terreno plano do que possuir uma embarcação e uma lagoa disponível. Todavia, a atual popularização do futebol não se explica apenas pelo fato dele possuir regras de fácil compreensão ou de possuir equipamentos de fácil acesso e baixos custos, mas sim pelo fato de suas características serem combinadas com as características socioculturais do brasileiro.

Na visão de Daolio (1998, p. 4), “o futebol seria, ao mesmo tempo, um modelo da sociedade brasileira e um exemplo para ela se apresentar. Em outras palavras, o futebol constituir-se-ia, por um lado, numa imagem da sociedade brasileira e, por outro, num exemplo que daria a ela um modelo para se expressar”.

Contudo, salientamos que as visões dos literários da época, durante as duas primeiras décadas do século XX, não formatavam uma imagem homogênea sobre o futebol. Os nacionalistas criticaram fortemente a inserção da modalidade esportiva no contexto sociocultural da época, enquanto os modernistas reverenciavam o foot-ball. Nesse contexto, Zago (2002, p. 14) apresenta a visão dos nacionalistas:

Por um lado, o futebol é visto com desdém por muitos escritores das duas primeiras décadas do século passado, que viam o futebol como um intruso em nossa cultura, uma importação europeia de algo que não tinha absolutamente nada a ver com a cultura nacional. E nesse sentido, também veiculavam a imagem do futebol como sendo um esporte selvagem, bruto, viril demais para os bons costumes.

Todavia, de acordo com Zago (2002), autores modernistas, como Olavo Bilac, atribuíram ao futebol a possibilidade de manutenção de um corpo saudável, compartilhando dos ideais higienistas predominantes na jovem sociedade urbana brasileira.

O futebol, desde o início, espelhava os valores sociais e culturais vigentes na época. O racismo e as características aristocráticas, hierárquicas e machistas se faziam presentes no ambiente futebolístico. A capacidade de “arrastar” espectadores já podia ser observada, afinal, os torcedores, pertencentes à elite da sociedade brasileira, vinculados a determinados clubes, acompanhavam todas as partidas dos seus times.

Assim sendo, o futebol manteve suas características elitistas e racistas até a inserção de um jogador negro pelo clube pertencente à colônia portuguesa no Rio de Janeiro: o Vasco da Gama. A presença de jogadores negros ou mestiços nas partidas internacionais de futebol, nas primeiras décadas do século XX, proporcionou o encontro com a expressão, “macaquitos”, atribuída aos jogadores brasileiros pelos torcedores argentinos e uruguaios.

Na Copa do Mundo de 1950, o racismo, enclausurado, desde os anos 30, entra em cena novamente, carregado de ideologias nazifascistas, com a derrota da seleção brasileira para a seleção uruguaia. Durante o período da ditadura militar, nos anos 70 no Brasil, o futebol foi utilizado para mascarar a realidade social e política da época. As prisões de pessoas acusadas de serem comunistas e os inadmissíveis atos de tortura foram secundarizados através do lema: “*esse é um país que vai para frente*”, visando estabelecer uma analogia com a vitória da Seleção Brasileira de Futebol sobre o México. Para Soares (1994), os governos autoritários elegem o futebol e o esporte como principais instrumentos para criar empatia na população subjugada. De acordo com o autor (SOARES, 1994, p. 96), “Assim, como Getúlio Vargas, na década de 30, compareceu aos estádios e incentivou o esporte e a Educação Física, o General Médici ensaiou uma desajeitada cabeçada na bola, em 1970...”.

A década de 1970 marca profundamente a imagem do futebol brasileiro. As ideologias políticas e as mudanças técnicas e táticas, na maneira de se jogar futebol, apontavam para um novo paradigma: “Futebol Arte X Futebol Força”. Concretiza Soares (1994, p. 105), “cronologicamente, o futebol de antes, vinculado ao paradigma da arte, alcançou seu apogeu na Copa de 1970. Como vimos, esta Copa foi dramática, por marcar o início da transição de um futebol elaborado de forma quase natural para o futebol calcado nos estudos científicos da fisiologia do esforço”.

Ao final dos anos 80, nos deparamos com o contexto mundial globalizado, no qual as ideologias políticas capitalistas e os indumentários mercadológicos alteram significativamente o cenário esportivo contemporâneo. Os tradicionais clubes de futebol tendem a tornarem-se clubes-empresas, principalmente na Europa, em decorrência do potencial de comercialização e de um grande interesse da implementação das gestões empresariais nas organizações clubísticas capitalistas. A marca tradicionalizada dos clubes desperta nas empresas comerciais a possibilidade de desenvolver toda uma relação estruturada e mercadológica.

Do mesmo modo que governantes utilizaram o futebol para ocultar desigualdades e fortalecer sua popularidade, a catarse proporcionada por esse esporte revela discussões profundas sobre a realidade social brasileira, evidenciando que, no Brasil, o futebol transcende o campo esportivo e se transforma em um espaço de crítica e reflexão sobre questões políticas e econômicas. Soares (1994) exemplifica isso ao destacar como, após a derrota na Copa de 1990, intelectuais relacionaram o fracasso esportivo com as medidas econômicas impopulares do governo, ampliando o debate para além das quatro linhas.

4 A complexidade dos processos de identificação docente em práticas antirracistas

Na contemporaneidade, dissociar o pluralismo cultural das manifestações locais apresenta um desafio imenso. Quais seriam os limites das instituições públicas e privadas, no âmbito democrático, para combater o racismo? Os signos culturais de uma nação são constantemente influenciados por elementos e produtos de representações culturais oriundas de diversas partes do mundo.

Em diferentes esferas, como a gastronomia, a literatura, as práticas corporais e outras manifestações humanas, somos realmente capazes de separar o global do local? As vozes, os signos de linguagem e as representações sociais de sujeitos das mais variadas idades encontram na escola a oportunidade para diálogos, entendimentos e significações.

Nesse sentido, a escola não é apenas um local de ensino, mas também um espaço social com identidade própria, onde se constrói a responsabilidade de desenvolver o conhecimento cultural e possibilitar que as múltiplas identidades humanas existam e interajam. Com essa responsabilidade, os docentes devem assumir o compromisso de combater o racismo e promover processos educacionais que estimulem ações e narrativas antirracistas em todos os componentes curriculares, contribuindo assim para a construção de uma educação antirracista.

O estabelecimento de conexões entre a complexa teia de significados, signos e representações humanas nas diversas manifestações culturais e o desenvolvimento do conhecimento escolar se depara com obstáculos relacionados à relação professor-aluno-sociedade. Esse processo, que envolve a Educação Física e a cultura corporal de movimento, especialmente o futebol, oferece uma plataforma para a inserção de práticas antirracistas, envolvendo sujeitos de todas as raças e cores. O conceito de "lugar de fala" orienta a ruptura com a lógica do racismo, garantindo que os professores e alunos negros possam se expressar e se afirmar dentro do ambiente escolar, mas precisamos avançar.

Segundo Ribeiro (2019), a noção de "lugar de fala" não se refere apenas a quem pode falar, mas a partir de onde as pessoas falam, refletindo suas experiências e desafios em um sistema social que favorece determinados grupos e oprime outros. Com essa consciência, é necessário que os indivíduos reconheçam a prevalência dos privilégios brancos nas posições de poder e tomem atitudes ativas para transformar essa realidade.

A formação da consciência individual e coletiva sobre o racismo e suas consequências permite que educadores ajam com responsabilidade no combate às injustiças sociais que afetam a população negra. Como destaca Betti (2018), a construção da identidade docente está diretamente relacionada a essa dinâmica entre intenção, ação, subjetividade e objetividade. A identificação com práticas antirracistas não é apenas uma escolha individual, mas um processo social que exige reflexão e um compromisso contínuo com a igualdade e a justiça social.

Ao integrar essa perspectiva, as instituições de ensino republicanas devem fomentar interlocuções que promovam a compreensão dos efeitos do racismo sobre os corpos negros no espaço escolar. A identificação docente, que se dá entre o conferido social e o incorporado identitário, precisa incluir uma abordagem crítica sobre as condições sociopolíticas que moldam a educação.

A prática de abordar o racismo no futebol durante as aulas de Educação Física, como proposto por Barciela (2024), fundamenta-se na ideia de que o esporte é um espaço essencial para observar e problematizar questões sociais, incluindo as desigualdades raciais. Nesse contexto, o futebol não é apenas uma atividade física, mas também uma experiência pedagógica para conscientizar os alunos sobre as dinâmicas de exclusão e preconceito que permeiam a sociedade e se manifestam no ambiente esportivo. Ao expor casos de racismo e a cobertura midiática envolvida, a prática proposta por Barciela busca gerar uma reflexão crítica nos estudantes, incentivando-os a reconhecer e questionar os estereótipos e a segregação racial presentes tanto nas competições profissionais quanto nas interações cotidianas. Além disso, essa atividade promove uma análise mais ampla das relações entre raça e classe no Brasil, demonstrando como o racismo se perpetua em estruturas sociais e econômicas.

Para que uma prática pedagógica antirracista seja efetivamente "lida" e compreendida socialmente, é essencial que os professores se identifiquem com narrativas que desconstruam

o racismo e promovam a equidade. Dessa forma, o desenvolvimento de práticas educacionais antirracistas depende diretamente do engajamento dos educadores com essas causas, na criação de um espaço que valorize a diversidade humana em aspectos como cor da pele, gênero, orientação sexual e classe social. Nesse sentido, a prática de discutir o racismo no futebol nas aulas de Educação Física, conforme visto em Barciela (2024), reforça essa construção ao transformar o futebol em um meio de conscientização dos alunos sobre desigualdades raciais e promoção de reflexões e ações críticas sobre exclusão e preconceito. Esse enfoque consolida o compromisso dos professores com uma educação transformadora e crítica. Ao incentivar nos alunos uma análise sobre as relações entre raça, classe e discriminação tanto no esporte quanto na sociedade, essa prática fortalece a formação cidadã.

A Lei Geral do Esporte (2023) estabelece, no artigo 11, a necessidade de adotar medidas para erradicar ou reduzir manifestações antiesportivas relacionadas ao racismo, xenofobia, homofobia, entre outras formas de discriminação. Essa perspectiva permite abordar questões raciais nos espaços escolares em conformidade com os dispositivos legais. Analisar atos discriminatórios em eventos esportivos possibilita que alunos e professores compreendam as penalidades aplicadas a práticas racistas. Na contemporaneidade, as experiências cotidianas, as catarses sociais e os mecanismos legais criam múltiplas oportunidades de diálogo entre professores, alunos e sociedade.

Finalmente, devemos nos perguntar: como podemos atribuir significado ao aprendizado e à experiência educacional sem levar em consideração a realidade vivida pelos estudantes, especialmente aqueles que são vítimas do racismo? As representações sociais e as narrativas de segregação atravessam o processo de democratização do ensino nas aulas de Educação Física. Essas questões relacionadas à identidade racial e ao papel social dos corpos negros desafiam constantemente os educadores na elaboração de seus planos de aula e na organização de práticas pedagógicas que promovam a justiça racial.

A atuação de cada docente é profundamente influenciada pelas suas experiências culturais, memórias individuais e identificação social. A formação de uma consciência crítica sobre o racismo e a busca coletiva por uma sociedade democrática são fundamentais para o enfrentamento desse desafio.

O estudo de Nobrega (2020) ressalta a importância de uma abordagem antirracista na Educação Física, destacando que este componente curricular deve incorporar estratégias metodológicas que valorizem a diversidade racial e considere variáveis como classe, gênero e relações de poder. Por meio da diversidade e do reconhecimento dos direitos humanos da população negra, o estudo evidencia como professores negros transformam a Educação Física em um espaço para promover a valorização da identidade afro-brasileira e a equidade racial nas escolas. Essa prática pedagógica vai além do reconhecimento da diversidade étnico-racial, propondo uma reflexão crítica que questiona e combate as estruturas de desigualdade, contribuindo, assim, para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, com vistas a uma educação antirracista.

Uma perspectiva antirracista na Educação Física evidencia a necessidade de romper com a colonialidade nas práticas pedagógicas, oferecendo aos alunos uma perspectiva crítica sobre como o esporte, especialmente o futebol, pode reproduzir ou subverter relações de poder racializadas. Esse enfoque possibilita o desenvolvimento de estratégias que não apenas valorizam as culturas subalternizadas, mas também promovem um espaço para a construção de uma consciência antirracista, conectando a identidade dos alunos com práticas de resistência e transformação social.

Frantz Fanon e Paulo Freire, embora oriundos de contextos históricos e matrizes de pensamento distintas, convergem em uma visão crítica sobre a opressão, destacando o papel central da consciência na transformação social. Suas perspectivas oferecem importantes contribuições para compreender e questionar o processo de colonialidade que permeia práticas sociais e escolares, apontando caminhos para a superação das desigualdades estruturais por meio de uma práxis emancipadora e decolonial.

Fanon (2008), em sua análise da colonialidade e da alienação dos povos colonizados, ressalta a necessidade de uma "descolonização do ser", ou seja, a libertação das estruturas psicológicas e sociais que mantêm os colonizados presos à inferioridade imposta pela colonialidade. Ele acredita que a superação desse processo de desumanização só é possível por meio de um processo de conscientização e ação política transformadora.

Freire (1979), por sua vez, desenvolve a ideia de conscientização e práxis, defendendo que o processo educativo deve orientar os oprimidos para compreender e transformar a realidade social por meio da reflexão e da ação. Para Freire, a educação é um caminho para que os oprimidos "leiam o mundo", ou seja, compreendam as estruturas de opressão e lutem para transformá-las. Ambos os autores veem na conscientização um caminho para a libertação e a construção de uma sociedade mais justa.

Ao enfatizarmos a importância da construção do papel docente no combate ao racismo, reconhecemos as experiências e perspectivas únicas das pessoas negras na luta antirracista. Nesse sentido, é fundamental que as vozes negras sejam ouvidas e valorizadas, tanto na sociedade, em geral, quanto nos espaços educacionais. A compreensão da construção histórica do racismo na sociedade brasileira e o entendimento sobre as práticas racistas no ambiente futebolístico, possibilitam a construção de instrumentos de denúncia e de valorização das histórias e das identidades negras, contribuindo, desta forma, para a construção de uma consciência crítica sobre o racismo durante o ensino dos temas inerentes às práticas esportivas.

Durante as aulas de Educação Física, o professor pode utilizar o futebol e outros esportes como instrumentos para promover a inclusão e o respeito. Isso pode incluir atividades práticas, como jogos educativos, bem como discussões sobre racismo e igualdade no esporte. Todavia, enfatizamos, que todas as possibilidades de ensino antirracista se originam no processo de identificação docente e no entendimento, efetivo, da desconstrução dos discursos e ações racistas, dos privilégios constituídos e da segregação histórica dos corpos dos sujeitos negros.

A partir do estudo de Formoso (2022), é possível destacar a relevância do letramento racial na Educação Física como uma estratégia para enfrentar o racismo e desafiar a colonialidade nas práticas corporais e no futebol. O autor, em sua pesquisa empírica, explora como o futebol, quando incorporado a um ambiente educacional, pode servir como uma prática para questionar questões étnico-raciais e fomentar uma análise crítica das relações de poder. Esse letramento racial vai além do simples reconhecimento da diversidade; ele visa capacitar os alunos a interpretar e transformar as desigualdades estruturais que moldam tanto o esporte quanto a sociedade.

Deste modo, retomando Freire (1996, p. 47), "Às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora ou como contribuição à do educando por si mesmo". O desenvolvimento de práticas educativas efetivamente antirracistas, no cenário da Educação Física Escolar, implica na constituição de identificações docentes que estejam comprometidas com o combate do racismo e com a compreensão do lugar dos corpos

dos estudantes negros na sociedade contemporânea e das ações estruturantes em busca da justiça social.

Ao revisitarmos os estudos de Valente e Dantas (2021), é possível indicarmos que a escassez de estudos acerca de processos de formação docente, inicial e continuada, em torno das questões étnico-raciais implica no não reconhecimento dos aspectos legais que combatem o racismo, no âmbito escolar, e na não priorização das questões discriminatórias que emergem do cotidiano social, de professores e estudantes, e das manifestações futebolísticas veiculadas pelas mídias.

A valorização e a utilização dos conhecimentos, historicamente construídos, sobre o mundo globalizado, possibilita o entendimento e a explicação da realidade que nos cerca, implicando em um contínuo processo, de ensino e aprendizagem, corroborante para a construção de uma sociedade justa, democrática, inclusiva e antirracista.

Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARCIELA, Francisco Galvão do Amaral Pinto. O racismo no futebol e as aulas de educação física: uma bobagem ou uma questão de classe? **Ludopédio**, São Paulo, v. 183, n. 27, 2024. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/>. Acesso em: 12 outubro. 2024.

BETTI, Mauro. **Corporeidade, jogo, linguagem:** a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. 1ª edição. Cortez Editora. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é a base. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei n. 14.597, de 15 de junho de 2023. **Lei Geral do Esporte.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 jun. 2023. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 junho. 2024

CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial:** memória do futebol brasileiro (1894-1933). São Paulo: IBRASA, 1990.

CORRÊA, Denise Aparecida; RODRIGUES, Paloma de Campos. Reconhecer para enfrentar: práxis pedagógica antirracista. **Revista Motricidades**, v. 5, n.3, p. 294-307, set./dez. 2021

DAOLIO, Jocimar. As contradições do futebol brasileiro. **Revista Virtual – Sportquest**, Buenos Aires, ano 3, n. 10, p. 4, mai. 1998. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd10/daolio.htm>. Acesso em: 11 mai. 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Editora UFRJ, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade:** Paulo Freire, administrador público. A experiência de Paulo Freire na Secretaria de Educação da cidade de São Paulo [1989-1991]. 1991.

Disponível em: <https://www.acervo.paulofreire.org/items/322c2716-a462-48bba1bc802f570103f>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FORMOSO, Felipe Guaraciaba. Decolonialidade e Educação Física: epistemes e pedagogia outras como possibilidade de uma educação antirracista. **Temas em Educação Física Escolar**, v. 7, n. 1, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://portalespiral.cp2.g12.br/index.php/temasemedfisicaescolar/article/view/3733>. Acesso em: 13 maio 2024.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772> Acesso em: 12 dez. 2024.

NOBREGA, Carolina Cristina dos Santos. Por uma educação física antirracista. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, Brasil, v. 34, n. Especial, p. 51–61, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/173145>. Acesso em: 12 junho. 2024.

NUNES, Renato Horta. **Do jogador Oliveira ao atleta ‘Careca’**. 1997. 129 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Jornalismo Esportivo) – Laboratório de Jornalismo Avançado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e invisibilidade da classe: contra as evidências do conhecimento imediato. In: SOUZA, Jessé (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SOARES, Jorge Gonçalves. **Futebol, malandragem e identidade**. Vitória: SPDC/UFES, 1994.

VALENTE, Gabriela; DANTAS, Adriana Santiago Rosa. Práticas docentes e relações étnico-raciais: reflexos da sociedade brasileira. **Cadernos de Pesquisas**, v. 51, p. e07327, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7327>. Acesso em: 05 maio 2024.

VENÂNCIO, Luciana; SANCHES NETO, Luiz; CHARLOT, Bernard; CRAIG, Cheryl J. Relações com os saberes e experiências (auto)formativas na Educação Física: perspectivas docentes ao confrontar injustiças sociais em situações adversas de ensino e aprendizagem. **Movimento**, v. 28, e28020, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/kc7ymnvVCMp4chQzntHS8py/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 dez. 2024.

ZAGO, Vitorio Luís Oliveira. **Futebol em Campinas: a história e evolução do dérbi campineiro, na sociedade e imprensa de Campinas**. Dissertação (Mestrado em Multimeios) apresentada ao Departamento de Multimeios do Instituto de Artes, Unicamp, 2002.

Contribuições da autoria

Uilson Santos da Silva Júnior: Conceitualização, Organização, Investigação e Redação.

Arnaldo Sifuentes Leitão: Conceitualização, Supervisão/Orientação e Redação.

Rafael Moreno Castellani: Conceitualização, Supervisão/Orientação e Redação.

Data de submissão: 18/09/2024

Data de aceite: 20/11/2024